

FOLHETINS E FOLHETINISTAS DO SÉCULO XIX: UMA ESCRITA DE SUCESSO

Simone Cristina Mendonça

Professora Doutora da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA),
Marabá/PA/Brasil.

RESUMO: Autor de textos esperados por curiosos leitores, mas por vezes vistos com maus olhos pelos mais eruditos, o folhetinista, cuja identidade geralmente era desconhecida, atuava na divulgação literária, publicando narrativas em jornais e revistas. Ator do cenário mercadológico e cultural dos séculos XVIII e XIX, escrevia para o grande público, que, juntamente com redatores e editores, ditava os rumos de seu trabalho, nem sempre reconhecido. Intentando investigar as publicações de textos em prosa de ficção, sobretudo em periódicos portugueses da primeira metade do século XIX, esboçamos um panorama do início das práticas de escrita e impressão de narrativas ficcionais em periódicos europeus, baseando-nos nas pesquisas de Law (2000), Bourdieu (2013), Rodrigues (1998), Thérenty (2015), entre outros. Este trabalho apresenta resultados parciais de uma investigação de Pós-doutorado realizada no Ibilce/UNESP entre 2015 e 2016, trazendo contribuições para uma temática bastante ampla e ainda longe de esgotar-se em conclusões.

Palavras-chave: Ficção seriada. Literatura e imprensa. Autores. Leitores.

ABSTRACT: Author of texts expected by curious readers, but sometimes viewed with evil eyes by people most learned, the *feuilletonist*, whose identity was generally unknown, was active in literary dissemination, publishing narratives in newspapers and magazines. Actor of the market and cultural scene of the eighteenth and nineteenth centuries, he wrote for the general public, who, together with editors, dictated the course of his work, not always recognized. In an attempt to investigate prose fiction texts, mainly in Portuguese periodicals from the first half of the 19th century, we outline the beginning of the practice of writing and printing fictional narratives in European journals, based on the researches of Law (2000), Bourdieu (2013), Rodrigues (1998), Thérenty (2015), and others. This paper presents partial results of a postdoctoral research carried out in Ibilce / UNESP between 2015 and 2016, bringing contributions to a broad theme that is still far from being exhausted in conclusions.

Key words: Serial fiction. Literature and press. Authors. Readers.

O importante trabalho dos folhetinistas, embora já bastante estudado, mantém-se como temática atual, na medida em que colabora com as reflexões em torno da formação tradicional do cânone literário, o qual, a partir de critérios nem sempre claros, deixa de citar inúmeros autores atuantes em um período, por considerá-los de menor destaque. Nem sempre aceito por todos, geralmente feito no anonimato e cujo reconhecimento raramente ocorria nos primeiros tempos de publicação seriada de narrativas, o autor de ficção que escrevia para jornais e revistas tinha de obedecer a regras mercadológicas em suas produções, tais como preferências do

público leitor, prazos diminutos e exigências dos redatores.

Um estudo dos primeiros passos da prática de impressão de narrativas ficcionais em jornais e revistas europeus auxilia-nos a refletir sobre este autor, o contexto político e cultural de sua produção escrita e as questões relativas à escrita e ao consumo de literatura. Para tanto, retomamos autores que se debruçaram sobre o estudo dos folhetins publicados periodicamente, desde muito antes que houvesse uma definição dicionarizada para o próprio termo, como veremos.

Iniciando nossa reflexão com uma ordem cronológica, não poderíamos deixar de citar o pesquisador Graham Law (2000), que, logo no primeiro capítulo de seu livro *Serializing fiction in the Victorian Press*, relembra a existência de textos em prosa de ficção nos jornais ingleses desde o século XVII, retomando estudos de Wiles (2012 e 1965 *apud* LAW, 2000, p. 3)¹, que listou “experimentos dispersos” de textos do gênero nos idos de 1670. Segundo os autores, pouco depois, em meados do Setecentos, já circulavam centenas de fascículos, às vezes editados em 2 ou 3 mil cópias, trazendo romances já impressos em volume ou imitações de romances de sucesso (LAW, 2000, p. 3).

Permanecendo nas pesquisas relativas ao século XVIII, o autor relembra os estudos de Robert D. Mayo (1962 *apud* LAW, 2000, p. 4)² e esclarece que, embora as publicações dos romancistas ingleses daquele século, como Richardson e Fielding, tenham aquecido o mercado de romances, as publicações em periódicos, vindas de data anterior, não somente permaneceram em circulação, como tornaram-se concorrentes dos romances em volumes.

Os textos ficcionais ingleses, em geral, eram publicados em revistas mensais de miscelâneas, preocupadas mais em proporcionar lazer que conhecimento, conforme exemplifica o autor, citando os títulos de *Town and Country Magazine* (1769-1796) e *Lady's Magazine* (1770-1837), que publicavam ficção seriada para um público gigantesco, já que, juntas, pelos idos de 1790, deveriam ter mais de 10 mil assinantes (Cf. LAW, 2000, p. 4).

Law (2000) atenta para o fato de que, além da conquista do público, o significativo crescimento quantitativo dos títulos de revistas em circulação na Inglaterra no século XVIII deve-se também a uma lei de 1712, contra o desenvolvimento dos jornais, que impunha taxas para anúncios e publicações, obrigando-os a aumentar seus preços. A lei poderia mesmo

1 As referências ao autor citado por Law (2000) são: WILES, R. M. *Serial publication in English before 1750*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012. (1ª ed. 1957). E WILES, R. M. *Freshest advices: early provincial newspapers in England*. Columbus, OH: Ohio State University Press, 1965)

2 Mais uma vez, indico a referência do autor citado por Law (2000): MAYO, Robert D. *The English novel in Magazines 1714-1815*. Northwestern UP. - O.U.P: Oxford, 1962.

acarretar na cessação da atividade daqueles jornais menos estáveis.

Ora, a nova normativa legal especificava que suas consequências negativas se aplicariam aos impressos cujos formatos eram de meia folha, ou 02 páginas; e uma folha, ou 04 páginas, comuns na época. Assim, depois da criação das ditas taxas, muitos dos impressos periódicos aumentaram seu tamanho, passando a ser publicados com 06 páginas, ou uma folha e meia, formato não designado na lei e, portanto, livre de suas imposições. O espaço extra poderia ser ocupado por reimpressões de diversos assuntos, de artigos em parcelas, inclusive ficção, como nos casos de romances já publicados em volume (Cf. LAW, 2000, pp. 5-6).

A publicação de periódicos com maior número de páginas, configurando-se como revistas, assim, foi tornando-se cada vez mais comum na Inglaterra do século XVIII, por serem esses veículos de comunicação agraciados com taxas menores de impressão e venda, em relação aos jornais. A transmissão de ideias via magazines e miscelâneas permaneceu ativa e chegou ao século seguinte, haja vista a conquista do público consumidor, não obstante o fato de os jornais não terem conseguido alcançar um barateamento dos preços, que ainda se mantinham altos, segundo ao autor, na década de 1830.

Continuando a consulta ao contexto inglês, Law (2000) anota que, entre 1830 e 1850, “os modos dominantes de transmissão seriada de ficção burguesa são as publicações em revistas literárias mensais e miscelâneas, ou em partes independentes mensalmente impressas” (LAW, 2000, p. 14) [tradução nossa].

Para a mesma época, o autor destaca o “boom” de publicação de novos romances, ilustrados, publicados em partes mensais, vendidos a preço módico, chamados “number books”, e acrescenta: “Casos excepcionais houve, ainda, em que romances saíram à luz simultaneamente em *number* e em uma revista mensal (...)”. Não obstante, “havia ainda muitos periódicos semanais baratos carregando somente ficção reimpressa” (LAW, 2000, p. 18) [tradução nossa]. Anote-se, com base no autor, que a presença de narrativas ficcionais perpassa os anos 30 do oitocentos, permanecendo nas décadas seguintes.

A título de comparação, relembremos, com José Tengarrinha (1989, pp. 164-174), que em Portugal o desenvolvimento das revistas destinadas à instrução e ao recreio dos leitores, muitas delas trazendo textos em prosa de ficção, contou com o inusitado fato de que a atividade da censura se mostrava menos severa sobre as publicações que se anunciassem como instrutivas ou literárias, não tendo sido as questões de impostos e preços, como na Inglaterra, os impulsionadores dessas revistas.

Graham Law (2000) faz também uma comparação com a França, destacando a publicação de ficção seriada em revistas do país na década de 20 do oitocentos, tais como *La Revue des Deux Mondes*. No contexto francês, menores taxas sobrevinham às impressões dos jornais já no início da década seguinte, ocasionando o barateamento das folhas volantes e o consequente aumento do número de exemplares vendidos. Segundo o autor, estabelecendo-se um paralelo com a Inglaterra no período, havia na França o triplo de jornais diários em circulação (LAW, 2015, pp.35-6). Não foi à toa que a ficção seriada se consolidou nos jornais diários naquele país logo nas primeiras décadas do Oitocentos, em espaços físicos próprios, também chamados folhetins.

O espaço *Feuilleton*, caracterizado por delimitar-se fisicamente em posição mais abaixo que a dos demais dizeres do jornal, geralmente encontrado na primeira página, no início de seu aparecimento francês era ocupado por textos como “piadas”, “charadas” e “narrativas”, segundo Marlyse Meyer (1996, pp. 58-59). Analisando o mesmo contexto francês oitocentista, Iasmim Nadaf, acrescenta mais alguns tipos de textos presentes nesse espaço: “artigos de crítica, crônicas e resenhas de teatro, de literatura, de artes plásticas, comentários de acontecimentos mundanos, piadas, receitas de beleza e de cozinha, boletins de moda, entre outros assuntos” (NADAF, 2009, p. 119). O espaço rodapeano, assim, trazia para os leitores, almejados compradores dos periódicos, o divertimento fácil, mesclando questões relativas ao cotidiano real àquelas do mundo da ficção.

Ainda no contexto francês, Lise Dumasy-Queffélec (2011) relembra que o espaço Folhetim, abaixo da página do jornal quotidiano, foi inaugurado em 1800, pelo *Journal des débats* e que a prática foi seguida por outros jornais diários e também outros periódicos. Tratando desse espaço em seus primórdios, concebido como local de publicação de variados discursos, Dumasy-Queffélec trouxe à tona a polêmica da veracidade *versus* verossimilhança dos textos publicados nos periódicos:

C'est à la frontière entre la fonction d'information et celle du divertissement que se situent toute une série de textes qui se déploient sur l'éventail le plus large de l'informatif au fictif: comptes rendus de livres d'histoire, études historiques, mémoires contemporains [solvente par extraits, mais publiés massivement au début du Second Empire] dans lesquels domine l'anecdote [ces mémoires sont de véritables réservoirs d'épisodes ou de sujets de roman], 'épisodes historiques', nouvelles historiques, 'histoire anecdotique' (...) (DUMASY-QUEFFÉLEC, 2011, 929).³

³ “É na fronteira entre a função de informação e aquela do entretenimento que se situam uma série de textos

A polêmica nos remete aos estudos de Ian Watt (1990) a cerca da ascensão do gênero romance na Inglaterra do século XVIII, onde novos romancistas (como Daniel Defoe, Samuel Richardson e Henry Fielding) escreviam histórias realistas, com personagens individuais, com nome e sobrenome, em ambientes minuciosamente descritos. Utilizando-se do modo de escrita definido por Watt (1990, p. 31) como realismo formal, os autores aceitaram correr o risco de que suas histórias fossem consideradas reais pelo leitor, histórias ocorridas contemporaneamente, como as demais histórias de seu cotidiano.

O mesmo autor, ao mapear de que forma o romance inglês setecentista alcançou o grande público, considerando-se seu alto custo para os salários vigentes na época, nos informa, muito brevemente, sobre práticas de publicação de romances divididos em capítulos nos jornais londrinos ainda no século XVIII, inclusive de autoria de romancistas já conhecidos (WATT, 1990, p. 40).

Embora já houvesse, então, romances ingleses que seguiam o método acima mencionado, com inovações modernas aplicadas à escrita no que se refere ao relato realista da vida cotidiana, ainda não se pode dizer que as mesmas poderiam sempre ser reconhecidas nos textos em prosa de ficção publicados nos jornais dos primeiros anos do Oitocentos. Importa, no entanto, perceber possíveis influências, leituras, formas de escrita, discursos contrários e teorias vigentes no contexto europeu de produção do gênero ficcional.

Quase um século após a publicação do consagrado romance inglês *Pâmela: ou a virtude recompensada* (1740), de Richardson, foi que a utilização do espaço “feuilleton” para impressão de histórias em fascículos se deu de forma mais sistematizada, pelos franceses Émile de Girardin e Dutacq, donos dos jornais *La Presse* e *Le Siècle*, respectivamente. Quanto ao primeiro jornal diário, as inovações foram desde o barateamento do preço dos jornais, apostando no aumento do número de assinantes, até à contratação de uma equipe de folhetinistas, conforme nos informa Thérenty (2007):

1836, date de création de *La Presse* de Girardin, pouvait donc constituer indubitablement un point de départ intéressant pour notre enquête. Lorsque Girardin crée le premier journal au prix d'abonnement relativement modique (40 francs au lieu

que se abrem sobre o amplo leque do informativo ao ficcional: compêndios de livros de história, estudos históricos, memórias contemporâneas [dissolvidas por extratos, mas publicadas massivamente no início do Segundo Império], dentre os quais domina a anedota [suas memórias são verdadeiros reservatórios de episódios ou de sujeitos do romance, ‘episódios históricos’, novelas históricas, ‘história anedótica’] (...)” [tradução nossa].

des 80 habituels), il espère combler ce manque de recettes par d'un plus grand nombre d'abonnés, séduits par la perspective de voir édités dans le journal quotidien des romans et des nouvelles. Dès 1836, Émile Girardin publie donc dans le corps du journal, à la place de l'article Variétés, un roman en livraisons: *La Vieille Fille* de Balzac. Surtout, il fait appelé une rédaction de jeunes romantiques – sa femme Delphine de Girardin, Théophile Gautier, Joseph Méry, Alexandre Dumas, Jules Sandeau -. à qui il confie le rez-de-chaussée du journal, le feuilleton, pour des collections de chroniques e des critiques (THÉRENTY, 2007, pp. 27-28)⁴.

De acordo com Nadaf (2009), “Girardin foi imitado logo de saída pelo sócio, que a partir de 5 de agosto de 1836 lançou no folhetim do seu jornal, em fatias seriadas, o primeiro clássico da picaresca espanhola *Lazarillo de Tormes*, de autor anônimo” (p. 120). Para o mesmo período, Marie-Ève Thérenty (2015) esclarece que na França “nos anos 1830, aparece uma cultura de informação e do divertimento que substitui um artesanato da mediação por uma indústria da midiaticização” (p. 121). A autora informa que o jornal *La Presse* em 1836 estava dividido em rubricas, com diferentes redatores, compondo uma “visão polifônica do mundo” (idem).

Ernesto Rodrigues (1998) nos traz outras informações, relacionando a origem do Folhetim ao contexto português, no qual também houve a inserção do espaço rodapeano, como forma de atrair leitores, aumentar as vendas e diminuir os preços dos jornais:

Em julho de 1836, a concorrência de Émile de Girardin / *La Presse* e Dutacq / *Le Siècle* assenta na tripla premissa: redução da assinatura anual dos diários de 80 para 40 francos – os nossos, a 20, 30, 40 e, mesmo, 60 réis diários, vêem o *Diário de Notícias* lançar-se a dez réis, que começa a fazer escola; carteira de publicidade; 'variétés', nome da rubrica descendo em coluna e, desde, 1838, no rodapé da primeira página daqueles, a qual antecede, para as ficções, a designação 'feuilleton'. Criada a fórmula 'La suite au prochain numéro', reforçada a emulação entre jornais e seus novelistas, já desaguavam propostas e soluções de leitores indiferentes à política, ou desta cansados; as tiragens disparavam (RODRIGUES, 1998, 208).

⁴ “1836 data de criação de *La Presse* de Girardin, poderia, portanto, constituir indubitavelmente um ponto de partida interessante para nossa investigação. Quando Girardin cria o primeiro jornal no preço de subscrição relativamente modesto (40 francos em vez dos 80 usuais), ele espera preencher esta falta de receita por meio de um número muito maior de assinantes, seduzidos pela perspectiva de ver publicados dentro do jornal diário romances e notícias. A partir de 1836, Emile Girardin, então, publica no corpo do jornal, no lugar do artigo *Variétés*, um romance em exemplares: *La Vieille Fille*, de Balzac. Principalmente, ele chamou uma redação de elaboração de jovens autores românticos - sua mulher Delphine de Girardin, Theophile Gautier, Joseph Mery, Alexandre Dumas, Jules Sandeau - à qual ele confiou o piso térreo do jornal, o folhetim, para as coleções de crônicas e as críticas” [tradução nossa].

Segundo o autor, a origem do vocábulo “folhetim” em Língua Portuguesa está ligada ao processo de encadernação, uma vez que, por influência do Espanhol, o significado primeiro da palavra se aproximaria da do sentido atribuído ao termo folheto. Acompanhando o autor na busca pela etimologia, vemos que em Francês, ainda em 1790, esse vocábulo foi dicionarizado como “pequeno caderno”, sentido que se alterou um pouco em 1811, quando passou a designar um “artigo que ocupa a parte inferior de uma página”. Modernamente, temos, por exemplo, no Inglês, folhetim definido como “história seriada impressa em uma parte do jornal” e “história seriada ou curta no jornal diário”, segundo a *Encyclopaedia Britannica* (vol. 9, 1971, p. 223, Cf. RODRIGUES, 1998, p. 201-2) [traduções nossas]. Por fim, chegamos na Língua Portuguesa, na qual conhecemos que já havia, muito antes da dicionarização nacional, acepção definida para o folhetim, como segue:

Desde 1812 (61 anos antes da dicionarização do termo), os portugueses podem verificar no *Dictionaire Portatif Français-Portugais et Portugais-Français*, Paris, de l'Imprimerie de Crapelet, um duplo sentido 'regreta de páo', como termo de impressão; e 'parte das gazetas que contem a critica das peças de theatro e obras modernas, etc.' (p. 206). (RODRIGUES, 1998, 203).

Retomamos, aqui, os estudos de Meyer (1996) e Nadaf (2009), que listaram assuntos que povoavam o rodapé dos jornais antes que o local fosse definitivamente destinado aos capítulos de romances. Acrescente-se que, em Portugal, apesar da definição mencionada no dicionário francês, a prática não estava ainda totalmente sistematizada no início do século XIX. Como temos percebido nas consultas feitas aos periódicos portugueses dessa época, muitos trouxeram em suas páginas textos destinados ao recreio do leitor, como os citados por Meyer (1996) no primeiro momento do espaço folhetim, no entanto, nem sempre havia uma separação, nem física, nem fixa para esses textos, que podiam vir tanto na primeira página, como precedidos de outros textos de caráter mais sério, como os científicos, por exemplo.

As pesquisas de Ernesto Rodrigues (1998) revelam que foi na década de 30 do oitocentos que os portugueses tiveram condições de diferenciar o conteúdo da seção “Variedades”, que trazia contos, daquele presente na seção “Literatura”, qual seja: artigos. Em 1839 foi que, conforme o autor, o termo “folhetim” estreou nas páginas dos jornais portugueses, especificamente na segunda página do *Periódico dos pobres do Porto*, de 31 de janeiro, numa seção chamada “Folhetim do Athleta” (RODRIGUES, 1998, p. 236-237). Note-se que, só então, o folhetim ocupou um lugar físico, próprio para um tema diverso dos demais encontrados no

jornal, contudo, distante dos romances.

Ainda no contexto português, Rodrigues (1998) informa que somente a partir de 1840 o termo “Folhetim” aparece no jornal sinalizando uma separação espacial destinada à publicação de textos em prosa de ficção dividida em partes. Para o autor, tal separação concedia autonomia às histórias ficcionais, mas não segregação em relação aos demais gêneros de textos publicados, tendo em vista que os assuntos tratados no jornal poderiam ser matéria para as composições folhetinescas:

O Portuguez (Lisboa, 14-XII-1840/1-IV-1841, nº 45) prefere, no nº 7, de 21-XII-1840, 'Folhetim.// Portugal / e os Castelhanos em 1644', com, no final, 'Continuar-se-ha', o que acontece nos números 10, 24-XII, e 13, 30-XII-1840. É a histórica de dois compadres com, aparentemente, indirectas aos tempos presentes. A *Revolução de Setembro*, no nº 84, de 19-II-1841, afirma, nas páginas 1 e 2, o seu inaugural “Folhetim // A Caçada da Meioria”. (RODRIGUES, 1998, p. 238).

Destarte, em Portugal, se de início a publicação das narrativas de ficção era feita nos periódicos sem recinto definido, a partir de recortes aleatórios de histórias nacionais ou traduzidas, apresentadas em geral sem autoria, algumas vezes já conhecidas em sua versão integral, na década de 40 do oitocentos iniciou-se a utilização da fórmula de escrita de novas narrativas divididas em unidades, impressas com local certo: o folhetim.

No novo modo de criação dos textos em prosa de ficção foram sendo aprimoradas técnicas de escrita, como suspensão das histórias em momentos chave, requeridas para atender às exigências dos redatores e às expectativas dos leitores. A impressão das histórias ficcionais passou a ser cuidadosamente pensada para que, dentro do limite imposto pelo tamanho destinado à mancha gráfica do folhetim, fossem interrompidas na hora certa, a fim de que criassem grande curiosidade pela continuação no próximo número do jornal ou da revista.

Novos paradigmas vão surgindo na composição das histórias, fortemente influenciados pela escrita jornalística, por sua vez também influenciada pelo estilo literário, conforme pondera Thérenty (2007, p. 19):

Pourtant la coïncidence des deux systèmes discursifs, leurs proximités expliquent des phénomènes constants de contamination, le journal empruntant à la littérature ses modes poétiques, la Littérature récupérant en les décalant tous les procédés de mise en voix et de validation de l'information⁵.

⁵ “No entanto, a coincidência dos dois sistemas discursivos, suas proximidades, explicam os fenômenos constantes de contaminação, o jornal empresta à literatura seus modos poéticos, a Literatura recupera na

Dessa forma, a literatura apropria-se dos resultados do “laboratório jornalístico” (THÉRENTY, 2007, p. 20) e vice-versa, já que o jornal passa a utilizar protocolos de escrita literária e a desenvolver uma escrita com traços de subjetividade:

(...) le Journal utilise les modes d'écriture privilégiés par la littérature du XIX^e siècle. Notamment: il suit les écoles romanesques, il adopte les protocoles narratifs du roman balzacien, du roman réaliste et naturaliste, il s'approprie les réflexions sur l'écriture à la première personne, il bénéficie des mutations des pratiques discursives, il crée au coeur même de ses colonnes des espaces de réflexivité ironique sur son écriture⁶. (THÉRENTY, 2007, p. 20).

Voltando às especificidades da escrita literária, para composição dos folhetins, era preciso inserir muitas retomadas e esclarecimentos para que o leitor não se esquecesse de acontecimentos passados ou de personagens que ficaram por algum tempo sem aparição na história. O leitor, que nem sempre poderia ter à mão os capítulos anteriores, uma vez que estes lhe chegavam com a materialidade tão perecível das folhas de jornal, não poderia se perder na história, que muitas vezes se tornava bastante longa.

Talvez pensando mesmo nessas questões, ou seja, na melhoria da materialidade e na maior comodidade para os leitores, que, em Portugal, segundo Ernesto Rodrigues (1998), além do espaço ao pé da página, os romances em fascículos poderiam ainda sair em volumes, adquiridos por assinaturas, que tinham encadernação garantida pelas editoras ao final da história, já que eram muito extensos (RODRIGUES, 1998, p. 57).

Lúcia Granja (2012) prefere considerar as encadernações dos folhetins em volumes de livros como forma de aproveitamento de um público leitor já existente para alavancar as vendas no comércio livreiro: “(...) en observant le phénomène de la réunion des feuilletons en livre, il est vrai que l'édition a profité de la circonstance exceptionnelle de l'existence d'un public-lecteur captif des journaux pour lancer une deuxième marché, celui des librairies”⁷ (p. 178). Em estudo

inconstância todos os procedimentos de oralização e de validação da informação” [tradução nossa].

⁶ “o Jornal utiliza os modos de escrita privilegiados pela literatura do século XIX. Nomeadamente: ele segue as escolas românticas, ele adota os protocolos narrativos do romance balzaquiano, do romance realista e naturalista, ele se apropria das reflexões sobre a escrita em primeira pessoa, ele tira proveito de mutações das práticas discursivas, ele cria no coração mesmo de suas colunas espaços de refletividade irônica sobre sua escrita” [tradução nossa].

⁷ “(...) observando o fenômeno da reunião dos folhetins em livro, é verdade que a edição aproveitou a circunstância excepcional da existência de um público-leitor cativo para os jornais para lançar um segundo mercado, aquele das livrarias” [tradução nossa]. [em nota a autora remete à obra: MOLLIER, Jean-Ives. *La lecture*

sobre a publicação da obra *O conde de Monte Cristo*, de Alexandre Dumas, a pesquisadora verificou que a mesma foi publicada na França, como folhetim de *Le Journal des Débats*, entre 20/08/1844 e 16/01/1846 e, também naquele país, no suporte livro, em edição de Pétion et Baudry, entre 1844 e 1846, ou seja, a obra saiu à luz nos folhetins e nos livros quase que concomitantemente. (Cf. GRANJA, 2012, p. 178).

Elencando outras edições francesas do livro, Granja (2012) considera que “toutes ces éditions nous montrent que dès le début des années 1840, on avait développé plus largement le concept de la littérature comme marchandise et on progressait dans le commerce de l'édition après celui du feuilleton”⁸ (p. 178).

Voltando à questão dos folhetinistas, sempre é bom lembrar que o trabalho desses autores era remunerado por páginas e, por conseguinte, houve uma tendência a desenvolverem-se histórias ficcionais de extensões quilométricas, recorrendo-se a grande número de personagens, de peripécias, de intrigas, enfim, que estendessem as tramas ao máximo possível. Isso sem falar na frequência de grande número de diálogos entre as personagens, o que pode indicar tanto uma estratégia de preenchimento mais ágil da mancha gráfica da página, quanto uma forma de tornar o texto mais vivo, mais próximo das encenações teatrais.

Estabelecendo um paralelo com o teatro, Ernesto Rodrigues (1998) lembrou os diálogos, tidos como estratégia de preenchimento mais rápido e fácil da página remunerada, e afirmou que, se por um lado esses diálogos davam ao texto maior dramaticidade, por outro, diferenciavam o romance das peças encenadas, porque:

(...) o folhetim descentra, todavia, as relações sociais – que o teatro concentra numa sala – adapta-se às conveniências do leitor (já não obrigado à hora da récita), alcança maiores audiências, alfabetiza e arrazoa continuamente, sedentariza um público e, no seu propósito justiceiro, igualiza a sociedade (RODRIGUES, 1998, p. 214).

Ainda em relação à remuneração dos autores de folhetins, lembremo-nos de que havia diminutos prazos de escrita para o capítulo da narrativa, e de que este precisava, muitas vezes, ser levado pelos correios até o local da edição. Por vezes, uma carta de sugestão ou crítica, um acontecimento inesperado ou uma necessidade imposta, obrigava o autor a criar um novo

et ses publics à l'époque contemporaine: essais d'histoire culturelle. Paris, PUF, 2001. (pp. 71-84)].

⁸ “Todas essas edições nos mostram que, a partir do início de 1840, desenvolveu-se mais amplamente o conceito de literatura como uma mercadoria e progrediu-se o comércio da edição após aquele do folhetim”. [tradução nossa].

enredo ou modificar um pouco o já existente às vésperas da impressão.

O folhetinista precisava, ainda, adequar seu texto ao espaço que lhe era concebido no jornal, de modo que os episódios narrados naquele dia não poderiam ultrapassar o número de linhas disponíveis, nem deixar espaços em branco. A limitação, desse modo, poderia interferir no andamento da narrativa, alargando-se ou resumindo-se passagens. Assim nos informa Rodrigues (1998), que define o folhetinista e o folhetim como segue:

Condutor de histórias e da imaginação alheia, o autor precisa de controlar efeitos e regular a atenção de milhares: as funções fática e referencial não excedem a emotiva e metalinguística; a conquista da poética não é, visivelmente, sonho baldado. Exige-se, por isso, alguma perseverança, mesmo continuidade que pode desembocar no roman-fleuve – se alguns, hoje, traduzem este por 'romance maçudo', creio eu que a compactação da 'comédia humana' nessa fórmula tem explicação no processo jornalístico-receptivo a que aludi. Em termos práticos, é o meu folhetim romanesco, que prevê o episódio solto ou a linhagem interminável. (...) intriga com picos de interesse e de audiência na data da renovação das assinaturas. A técnica do episódio joga com múltiplas peripécias, rudes, inesperadas ou comoventes, tudo devidamente doseado – princípio da serialidade – para que se mantenham a curiosidade e a expectativa. (RODRIGUES, 1998, p. 210).

Assumindo tal tarefa, nem sempre fácil, o folhetinista carecia de se relacionar com um público desconhecido, coletivo, anônimo, definidor do sucesso ou não de seus escritos, sucesso este medido cautelosamente, e podemos dizer até injustamente, pelo número de exemplares dos jornais diários vendidos ou pelo número de assinantes de que os mesmos dispunham.

Obedecendo, assim, a novos padrões, ou seja, às pressões dos editores dos jornais e do público consumidor, ávido por novas e interessantes aventuras, o autor de romances-folhetins enfrentou o que o sociólogo e filósofo francês Pierre Bourdieu (2013) mais tarde definiria como a “ameaça que os mecanismos implacáveis e inumanos de um mercado regido por sua dinâmica própria fazem pesar sobre a produção artística ao substituir demandas de uma clientela selecionada pelos veredictos imprevisíveis de um público anônimo” (BOURDIEU, 2013, p. 104).

Sobre a grande extensão dos romances em folhetim e a remuneração calculada pelo número de páginas ocupadas por seus enredos e pelo aumento das vendas dos jornais, Yasmin Nadaf (2009) comenta que:

O rendimento numérico transformou-se num lugar-comum na escrita do romance-folhetim e, como consequência, os escritos dessa natureza apresentavam-se tão “inchados” que no instante da sua transposição para os livros resultaram em coleções de quatro, seis, oito e até doze volumes com páginas quase intermináveis. Os temas, comuns à longa trajetória do gênero, contribuíram para esse “espichamento”. Eram histórias de amores contrariados, paternidades trocadas, filhos bastardos, heranças usurpadas, todas elas seguidas de duelos, raptos, traições, assassinatos e prisões. (NADAF, 2009, pp. 121-2).

Para Marie-Ève Thérénty (2015), o alongamento dos romances folhetins em centenas de capítulos, publicados por meses a fio, não se devia apenas às causas relativas ao mercado de vendas, aos salários dos folhetinistas, às cifras, enfim. Ao analisar os casos franceses dos chamados “romances-monstro” ou “romances-mundo” (THÉRENTY, 2015, p. 127), expressão que utiliza citando Tiphaine Samoyault⁹, a pesquisadora acrescenta a necessidade exposta pelos romancistas de descrições ao máximo detalhadas para reprodução fiel do cotidiano, isto para inserção do leitor no cotidiano das histórias. Ademais, aponta a relação estreita entre ficção e cotidiano, ativa e, por osmose mutuamente cooperativa, como justificativa para a tão extensa duração desses romances, que, com suas centenas de páginas, quase almejavam à infinidade (THÉRENTY, 2015, p. 119-127).

Como se não bastassem tais justificativas, Thérénty (2015) considera o veículo de transmissão do folhetim como propício ao desenvolvimento quase incontrolável dos enredos, dado o “caráter fluido e elástico da rubrica jornalística” (THÉRENTY, 2015, p. 129). Publicados diariamente/periodicamente os romances não teriam problemas com os “limites materiais” de encadernação, impostos aos livros, os quais poderiam não ter boa receptividade se saíssem à luz em exagerado número de volumes (THÉRENTY, 2015, p. 119).

Ora, a especificidade do século XIX é que seus romances mais longos são romances nascidos no bojo do laboratório jornalístico. O princípio do romance-folhetim é aparecer em fatias, geralmente cotidianas, no espaço folhetim do jornal – o rodapé, tradicionalmente reservado à parte literária. O jornal foi, o que pode ser verificado estatisticamente, uma máquina de prolongar o romance. O primeiro romance-folhetim publicado em *La Presse* foi um romance de Balzac, *A Solteirona (La Vieille Fille)*, lançado em treze folhetins. *A Mathilde*, de Eugène Sue, ocupou oitenta folhetins em

9 Marie-Ève Thérénty não informa o ano e a página da obra atribuída ao nome mencionado, nem mesmo nas referências ao final do artigo.

La Presse, em 1841; *Os Mistérios de Paris* aparecem no *Journal des débats* de 19 de junho de 1842 a 15 de outubro de 1843, em cento e cinquenta folhetins (THÉRENTY, 2015, p. 122).

Acerca da relação entre ficção e realidade, acima comentada, a autora também constata que havia o aproveitamento dos temas presentes em rubricas destinadas às notícias e aos comentários dos fatos reais do dia a dia por parte dos folhetinistas, a fim de comporem ou aumentarem suas histórias, muitas vezes feitas com base nos acontecimentos cotidianos informados nos espaços circunvizinhos do jornal (THÉRENTY, 2015, pp. 123-4).

E complementa que a técnica de “extensão do cotidiano”, além de contar com estratégias, como a dos diálogos prolongados já vistos, poderia usar de colagens de textos menores, tanto de acontecimentos reais publicados nos jornais coetâneos, como de fragmentos ficcionais muito parecidos com os das notícias jornalísticas, como, por exemplo, pode ser constatado pela pesquisadora no romance *Os Miseráveis*, de Victor Hugo (1998) no capítulo “O ano de 1817” (THÉRENTY, 2015, p. 128).

As reflexões anteriores, sobre a remuneração por página dada aos folhetinistas e da extensão dos folhetins e demais justificativas para a prática, novamente nos fazem pensar na desvalorização do gênero romance, intimamente ligado à imprensa periódica no século XIX, pelo motivo de promover altos lucros por meio de grande número de exemplares vendidos, quer seja no suporte livro, quer seja aos fascículos.

Nos estudos de Bourdieu (1996), que comparou o teatro, a poesia e o romance franceses oitocentistas, levando-se em conta critérios de consagração e lucratividade (campos antagônicos), acompanhamos uma movimentação de posições hierárquicas - comerciais e de importância - dos gêneros literários. O autor nos mostra as condições do teatro, com altos ganhos econômicos; da poesia, sem mercado, mas mantendo-se com maior prestígio; e do romance, que, embora já apresentasse nomes de autores de valor simbólico reconhecidos, ainda não gozava de maior valorização por conservar-se ligado às cifras de vendas:

Quanto ao romance, situado em posição central entre os dois polos do espaço literário, apresenta a maior dispersão do ponto de vista da condição simbólica: embora tenha adquirido seus títulos de nobreza, pelo menos no interior do campo, e mesmo além dele, com Stendhal e Balzac, e sobretudo Flaubert, permanece associado à imagem de uma literatura mercantil, ligada ao jornalismo pelo folhetim (BOURDIEU, 1996, p. 134).

Em estudo sobre o “mercado de bens simbólicos”, Bourdieu (2013) amplia a discussão, trazendo à baila a produção do folhetim, como produto de uma indústria cultural e o consequente alcance do gênero a um público cada vez mais amplo e diversificado:

Na verdade, o desenvolvimento de uma verdadeira indústria cultural e, em particular a relação que se instaura entre a imprensa cotidiana e a literatura, favorecendo a produção em série de obras elaboradas segundo métodos semi-industriais – como por exemplo o folhetim, ou então, em outras esferas, o melodrama e o *vaudeville* -, coincide com a extensão do público resultante da generalização do ensino elementar, capaz de permitir às novas classes (e às mulheres) o acesso ao consumo cultural (por exemplo, através da leitura de romances) (BOURDIEU, 2013, p. 102) [o autor cita em nota o livro *A Ascensão do romance*, de Ian Watt, em edição inglesa de 1957].

Situando romances como os folhetins no “campo da indústria cultural”, Bourdieu (2013) analisa a heterogeneidade do público alvo dos mesmos, complementando a definição do gênero como “arte média”, a qual, analogamente, diferencia-se das “obras de arte do passado – cuja tendência era exprimir os valores e a visão de mundo de uma categoria particular de clientes (...)” (BOURDIEU, 2013, p. 136). O autor exemplifica com uma declaração contemporânea:

Um bom exemplo do que estamos falando é a seguinte declaração de um escritor de roteiros de folhetins, autor de uns vinte romances, consagrados pelo prêmio Interallié e pelo Grande Prêmio da Academia francesa na categoria romance: “Minha única ambição é a de *ser lido com facilidade pelo maior público possível*. Eu nunca almejo a ‘obra-prima’ e não escrevo para intelectuais. Deixo esta tarefa para outros. Para mim, um bom livro é aquele que nos cativa ao fim de três páginas”. (BOURDIEU, 2013, p. 137). [Grifos do autor citado]¹⁰

O leitor, assim, longe de contentar-se como sujeito passivo do processo, detém posição crucial, já que, muito além de representar um número a mais na contabilidade dos editores, folhetinistas e proprietários dos jornais, interfere no desenvolvimento das narrativas, impondo-lhes final abrupto ou consagrando-lhes longevidade, medidas pelo número de exemplares vendidos ou pelas assinaturas adquiridas.

10 Pierre Bourdieu não nos diz o nome do escritor, nem mesmo na nota de rodapé que segue a citação, na qual lemos apenas a referência à fonte primária: “Télé-Sept Jours, n° 547, outubro de 1970, p. 45” (BOURDIEU, 2013, p. 137).

Ademais, lendo para si ou para os de seu convívio e comentando os enredos nos locais onde frequenta, propagandeava os folhetins, que iam sendo consumidos por mais e mais compradores. Por fim, ao materializar suas opiniões em cartas aos editores, emitia decretos, para o sim ou para o não, à continuidade da publicação dos romances.

Ernesto Rodrigues (1998) chama-lhe “receptor”, atribuindo-lhe as funções seguintes:

O receptor inscreve-se, para lá do que tange à narrativa, como potencial comprador, para o que acontecem várias transformações: Imprensa a custos reduzidos e mais acessível, através de distribuição eficaz; alternativa ao ascendente político-partidário que inspira as publicações, fazendo do leitor correspondente ou leitor interessado; defesa de um sistema educativo generalizado (RODRIGUES, 1998, p. 247).

O autor e os demais pesquisadores citados neste capítulo, que se debruçaram sobre a temática do folhetim no século XIX, prosseguem suas análises avançando cronologicamente para as décadas de 1860 em diante, período em que o fenômeno de leitura, venda de jornais, bem como o meio mais eficaz de os autores se fazerem conhecidos pelo público, ganhou ainda mais forças e se firmou para a posteridade. O assunto, destarte, longe de esgotar-se, estender-se-ia, ainda, por centenas de páginas. Contudo, como nossos objetivos centram-se na primeira metade do século, deter-nos-emos nas considerações até aqui expostas, relativas aos primórdios da publicação de prosa ficção nos periódicos e aos seus desdobramentos, como a prática de seriar os textos, até o fim da década de 1840.

Referências:

BOURDIEU, Pierre. A emergência de uma estrutura dualista. In: _____. **As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário**. Trad. Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. (pp. 133-161).

_____. O mercado de bens simbólicos. In: _____. **A Economia das Trocas Simbólicas**. Trad. Sergio Miceli. (7ª Ed.). São Paulo: Perspectiva, 2013. (pp. 99-181).

DUMASY-QUEFFÉLEC, Lise. Rubriques et fonctions du feuilleton au XIX^e siècle. In: KALIFA, Dominique; RÉGNIER, Philippe; THÉRENTY, Marie-Ève, VAILLANT, Alain. (dir.) **La civilisation du journal**. Histoire culturelle et littéraire de la presse française au XIX^e siècle. Paris: Nouveau Mondé éditions, 2011. (pp. 925-936).

GRANJA, Lúcia. Un comte traverse la mer: un roman d'Alexandre Dumas en bas de page et aux annonces du *Jornal do Commercio*. In: COOPER-RICHET Diana et MOLLIER, Jean Yves. **Le Commerce Transatlantique de Librairie**. Campinas, SP: UNICAMP/Publicações IEL, 2012. (pp. 177-184).

LAW, Graham. **Serializing fiction in the Victorian Press**. New York: Palgrave, 2000.

MEYER, Marlyse. **Folhetim**: Uma história. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

NADAF, Yasmin Jamil. O romance folhetim francês no Brasil: um percurso. **Revista Letras**, Santa Maria, v. 19, n. 2, p. 126–138, jul./dez. 2009. <Disponível em: http://w3.ufsm.br/revistalettras/artigos_r39/artigo39_008.pdf>. Acesso em: 23 de setembro de 2015.

RODRIGUES, Ernesto. **Mágico Folhetim**: Literatura e jornalismo em Portugal. Lisboa: Editorial Notícias, 1998.

TENGARRINHA, José. **História da imprensa periódica portuguesa**. Lisboa: Ed. Caminho, 1989.

THÉRENTY, Marie-Ève. **La littérature au quotidien**: Poétiques journalistiques au XIX^e siècle. Paris: Ed. Le Seuil, 2007.

_____. O longo e o cotidiano. Sobre a dilatação midiática dos romances nos séculos XIX e XX. Trad. Pedro Paulo Garcia Ferreira Catharina. **Revista Interfaces**, Rio de Janeiro, Vol. 1, Número 22, pp. 117-136, Janeiro-Junho, 2015. <Disponível em: http://www.cla.ufrj.br/images/docs/interfaces/split/22/08_o%20longo%20e%20cotidiano.pdf>, consulta em 30/09/2015.

WATT, Ian. **A ascensão do romance**: Estudos sobre Defoe, Richardson e Fielding. Trad. Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.